Nota: V Simpósio Internacional de Geografia do Conhecimento e da Inovação

DOI: 10.54446/bcg.v14i2.3727

Wagner Nabarro[1]



Campus da UFSC, local de realização do evento. Autoria própria.

A nota registra a participação no Simpósio Internacional de Geografia do Conhecimento e da Inovação (SIGCI), cuja quinta edição foi realizado entre os dias 30 de setembro e 02 de outubro de 2024 nas dependências do campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis.

★★★

1 Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: wagner.nabarro@ufrgs.br. ORCID https://orcid.org/0000-0001-9406-9145.

Partindo da temática "Novas centralidades urbanas na Era Digital: tecnologias da informação e o comando na rede de cidades", o V Simpósio Internacional de Geografia do Conhecimento e da Inovação (SIGCI)[2] buscou dar continuidade e expansão à experiência do evento que já conta 13 anos, reunindo geógrafos e pesquisadores de diversas áreas que, de alguma forma, abordam temáticas relacionadas à inovação, à tecnologia e ao conhecimento, pensados sob perspectivas geográficas, econômicas e sociais.

O evento foi criado com uma primeira edição realizada entre 15 e 17 de junho de 2011, em Recife, organizada pelo Grupo de Pesquisa em Inovação, Tecnologia e Território (GRITT) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), coordenado pela professora Ana Cristina Fernandes. A partir dessa iniciativa, foram realizadas novas edições: o II SIGCI trouxe como temática a "Inovação para Desenvolvimento Inclusivo" e foi realizado anos depois, entre os dias 26 e 28 de novembro de 2017, também na UFPE. Já o III SIGCI, entre 6 e 8 de novembro de 2019, teve lugar na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), apresentando a temática "Cidades, inovação e desigualdades socioespaciais, sentidos e futuro da urbanização". Por fim, o IV SIGCI foi realizado virtualmente entre 10 e 12 de novembro de 2021 em razão da pandemia de Covid-19, trazendo a temática "Aceleração digital, neoliberalismo e desequilíbrio global: tendências na geografia da inovação pós-pandemia".

O V SIGCI, por ser realizado em Florianópolis, trouxe um novo passo para o evento. Já tendo sido realizado em Recife e Campinas, o evento apresenta um interessante traço em sua trajetória: o fato de que sua proposta de pensar a inovação e a tecnologia se associe a sua realização em cidades-sede que, embora sejam grandes centros, não são elencadas entre as maiores metrópoles nacionais (ao menos conforme a metodologia do IBGE) traz a possibilidade de dinamizar visões diferenciadas sobre a política de inovação, a tecnologia e seus desdobramentos que não se pautem apenas nos principais centros econômicos do país – trazendo, por exemplo, questões sobre descentralização e perspectivas regionais da inovação e da tecnologia.

Nesse sentido, é notável que Pernambuco, sede das primeiras edições, conta com a experiência do Porto Digital, maior parque tecnológico urbano do país, e com iniciativas regionais de inovação, como o Polo Farmacoquímico e de Biotecnologia de Goiana (PE) e o Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA) de Glória do Goitá (PE), visitados nas primeiras edições do evento. Campinas, por sua vez, conta com a muito debatida experiência do Polo de Alta Tecnologia – que, criado nos anos 1980, embasou a formação do Parque Tecnológico CIATEC. Nesse contexto, inclusive, se encontra o Centro Nacional de Pesquisa em Energias e Materiais (CNPEM), visitado durante a edição de 2019 do SIGCI. Florianópolis é a capital de Santa Catarina e se localiza no leste do estado, uma região que vem se destacando por uma relativa concentração de empresas de tecnologia. Não por acaso, a edição deste ano contou, seguindo o

2 O comitê de organização do V SIGCI foi composto por Fernando Campos Mesquita (organização geral – UFSC), Ana Cristina Fernandes (UFPE), Carlos Espíndola (UFSC), Janaina Pamplona (Unicamp), Márcio Rogério Silveira (UFSC) e Rodrigo Cocco (UFSC)..

exemplo das demais, com uma visita a um polo tecnológico – o Sapiens Parque, parque de inovação criado em 2007 como parceria entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a Fundação CERTI para abrigar empresas de inovação no norte da ilha. Isso possibilitou aos participantes debaterem e colocarem em perspectiva o papel e a efetividade da mobilização pública e privada para a incubação de empresas e o fomento à inovação tecnológica a partir de diálogos com integrantes da organização do parque.

Figura 1. Visita ao parque tecnológico Sapiens Parque



Autoria própria, 2024.

As apresentações de trabalho da quinta edição do SIGCI foram divididas em cinco sessões: (1) "Sistemas territoriais de inovação em contextos periféricos"; (2) "As cidades na era digital"; (3) "Plataformas digitais, redes e desigualdades"; (4) "Efeitos da digitalização na agricultura, indústria e recursos minerais"; e (5) "Redes técnicas: infraestrutura e circulação na era digital", reunindo um total de 71 trabalhos aceitos. A divisão das sessões, ao mesmo tempo em que trouxe temáticas que já vêm se consolidando como a discussão sobre os sistemas territoriais de inovação, refletiu também a ascensão de temáticas como o crescimento das plataformas digitais e seus desdobramentos e desigualdades. Trouxe, também, a temática sobre as redes técnicas e a circulação na era digital, bastante notável em especial considerando-se a participação, na organização do evento, do Laboratório de Estudos sobre Circulação, Transporte e Logística (Labcit) da UFSC, permitindo trazer à dimensão da inovação e do conhecimento questões relacionadas a transporte e mobilidade, pautas fundamentais para o planejamento territorial brasileiro da atualidade.

O convite para abrir o evento direcionado ao professor Marcio Pochmann, atual presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), buscou apontar para a necessária relação entre Universidade e Estado a partir da troca de conhecimentos e saberes com os institutos federais de pesquisa. Pochmann apontou, em sua fala, para a constante necessidade de incorporar novas dinâmicas da sociedade nas metodologias estatísticas e econômicas, mencionando questões em debate como o trabalho doméstico e o declínio populacional. Pensar atualizações, reavaliar políticas e, assim, manter ativo o vínculo entre pesquisadores das diversas instituições é fundamental para possibilitar a integração e o aproveitamento dos frutíferos e diversos debates realizados no âmbito das universidades.

Justamente nesse sentido de trazer para o debate representantes das fundações federais de pesquisa, a primeira mesa contou com as participações de Rosa Moura (IPEA), Ana Cristina Fernandes (UFPE) e Marcelo Motta (IBGE), com a mediação de Leila Dias (UFSC). Buscava anunciar, com a temática "REGIC, inovação e a centralidade urbana", o vivo debate sobre a rede urbana brasileira, trazendo à tona a importância do estudo das Regiões de Influência das Cidades (REGIC), pesquisa publicada periodicamente pelo IBGE. Durante a mesa, foi apontada a necessidade de se repensar e incorporar novos fatores à metodologia, cabendo mencionar, por exemplo, as relações transfronteiriças entre cidades, já que a rede urbana de estados fronteiriços estende suas relações para cidades de outros países da América do Sul. O destaque ficou por conta do comércio eletrônico (*e-commerce*) e das novas relações trazidas pelas tecnologias da informação e da comunicação, que têm ganhado bastante relevância na reorganização da relação econômica entre as cidades brasileiras, estabelecendo rotas logísticas e reorganizando o comércio de bens de consumo a partir de novas condições técnicas e normativas.

A segunda mesa se intitulou "Era digital, disputas geopolíticas: a América Latina e novas relações de dependência". Com participação de Leda Paulani e João Furtado (USP) e mediação de Marcelo Pinho (UFSCar), a mesa buscou fazer um arrazoado sobre as transformações recentes na economia política latino-americana, envolvendo a financeirização na renovação das relações de dependência estabelecidas com relação aos países centrais, bem como dilemas trazidos pela indústria nacional. A professora Paulani trouxe o conceito de "dependência 4.0" para destacar a necessidade de se pensar os novos canais de transmissão da dependência econômica, tais como investimentos estrangeiros diretos ligados à indústria 4.0 e a propriedade intelectual. Já o professor João Furtado tratou de pensar o efeito da desindustrialização brasileira para o aprofundamento das desigualdades e da precarização do trabalho, criticando a ausência de uma política industrial mais robusta.

Em terceiro lugar, a mesa "A cidade e a rede urbana na política de inovação", com José Borello (UNGS/UNRaf/Conicet) e Hoyêdo Nunes Lins (UFSC), mediada por Janaina Ruffoni (Unisinos), trouxe a política de inovação para o foco. O professor Borello questionou a dicotomia urbana e rural, apontando para a necessidade de pensar os assentamentos humanos em sua homogeneidade, integrados e adaptáveis. Isso demanda diálogos interdisciplinares na formulação de políticas públicas, bem

como um maior papel do poder local – com ações no nível municipal envolvendo o fortalecimento de equipes técnicas e a modernização dos planos diretores, argumentando contra as políticas padronizadas de inovação praticadas pelas grandes empresas tecnológicas. Já o professor Lins, reportando-se diretamente a Florianópolis, discutiu a evolução histórica da cidade com suas tensões e contradições, debatendo e destacando o papel das incubadoras e das universidades na formação de mão-de-obra especializada, mas problematizando a noção de cidade criativa, propondo que a inovação precisa ser pensada sempre a partir de seu impacto na distribuição da riqueza e das condições de vida.

Por último, a mesa "Brasil, interiorização e inovação: velhas ou novas centralidades?", contando com Claudio Egler (UFRJ) e André Furtado (Unicamp) e a mediação de Carlos Espíndola (UFSC), debateu a interiorização da inovação nas cidades brasileiras, repensando as antigas centralidades. André Furtado trouxe à tona a desconcentração industrial experimentada em São Paulo para apontar que isso levou à concentração em regiões próximas, com fortalecimento de cidades como Campinas e Sorocaba a partir da dinâmica de inovação tecnológica. O professor Cláudio Egler, por sua vez, utilizou o conceito de competitividade territorial para abordar a interação entre economia, equidade e preservação ambiental. Apontou para a expansão de cidades médias, como Uberlândia e Campina Grande, que se tornam polos logísticos e tecnológicos. Concluindo, ponderou a necessidade de se pensar políticas de adaptação das cidades às mudanças climáticas, refletindo sobre como conciliar desenvolvimento, preservação de recursos naturais e justiça social.

O encerramento ficou por conta da conferência "Perspectivas do Brasil na Era Digital", ministrada por Clélio Campolina Diniz (UFMG), com debate organizado por Ana Cristina Fernandes (UFPE). O professor propôs tratar sobre "a indução de novas centralidades urbanas como base para a integração territorial, econômica, social e política do país", buscando apontar caminhos. Apontou que a Regic deve servir de referência, adicionada de novos aspectos territoriais, para o planejamento da infraestrutura de acessibilidade, para as políticas sociais, econômicas e industriais. Mencionando os exemplos francês e chinês de política de descentralização, debateu possíveis maneiras de imaginar e construir políticas semelhantes para o território brasileiro, como a seleção de subcentralidades a serem induzidas, em lugar de apenas fortalecer eixos de circulação ou seguir aplicando incentivos a metrópoles já consolidadas. Por fim, pontuou como perspectiva para as futuras edições do evento a necessária ampliação da participação de pesquisadores das regiões Centro-Oeste e Norte.

O evento encontrou o grande mérito de seguir abrindo espaço para uma série de campos de estudo interdisciplinares que convergem no debate sobre as inovações tecnológicas. Isso inclui, em primeiro lugar, discussões acerca da inovação tecnológica encarada sob o ponto de vista das políticas públicas. Em um período no qual a alta tecnologia se destaca enquanto propulsor econômico, torna-se fundamental pensar possibilidades de se fomentar a troca de conhecimentos no sentido da formação de mão de obra especializada e das condições econômicas favoráveis ao crescimento de

empresas tecnológicas. Isso tem levado inevitavelmente, como pode ser atestado ao se observar a dinâmica das temáticas nas edições do simpósio, a uma discussão sobre a urbanização brasileira, na medida em que pensar incentivos à inovação, que envolvem desde o fortalecimento de instituições de pesquisa até a criação de parques empresariais, significa pensar as cidades nos quais esse investimento será feito – e a consequência para suas regiões e para o país.

Por outro lado, os últimos anos trouxeram novos sentidos ao debate sobre tecnologia. Talvez um dos mais fundamentais seja o crescimento das plataformas digitais, criando uma tendência à integração de infraestruturas e processos econômicos, capitaneadas por empresas de alto investimento tecnológico – estrangeiras em sua grande maioria – capazes de reorganizar e interpenetrar outras atividades econômicas, como o transporte urbano. Os desdobramentos disso são muitos, abrangendo desde a reflexão sobre a origem e a regulação dessas empresas até a crítica relacionada à reorganização do trabalho sob vigência da plataformização.

Outro assunto que vem se destacando diz respeito às inovações tecnológicas orientadas para os recursos minerais e energéticos. A assim chamada transição energética tem sido debatida em sua perspectiva social e isso demandará, certamente, um debate aprofundado sobre a forma que devem tomar os investimentos em matrizes energéticas alternativas, seja por suas consequências para os lugares que abrigam as infraestruturas de geração e transmissão, seja pelos circuitos mobilizados pela produção e pela inovação tecnológica que embasam a produção de novos materiais e equipamentos, de maneira que os avanços na matriz energética não acabem por implicar a exclusão ou prejuízo de alguns agentes no processo, e que não impliquem simplesmente no reforço de centralidades e poderes econômicos já consolidados.

Por fim, pensar o papel das cidades brasileiras perante um novo cenário econômico no qual plataformas digitais e empresas tecnológicas têm papel preponderante é fundamental. Processos de centralização da gestão empresarial se aprofundaram nos últimos anos, ao passo que as atividades econômicas movimentadas se redistribuíram atribuindo papel relevante às cidades médias. Essa reformulação dos fluxos entre cidades, incluindo nisso as redes de transporte e de comunicações mobilizadas pelas plataformas logísticas, torna necessário repensar, a própria forma como é analisada a rede urbana brasileira, inclusive para fins de políticas públicas e planejamento urbano e regional.

Concluímos com o desejo de que o evento siga cumprindo seu papel de fomentar o encontro de perspectivas diversas com o objetivo de pensar geograficamente a inovação e o fluxo de conhecimento, permitindo ampliar seu papel especialmente conforme se desdobra o campo da Geografia Econômica no Brasil, ampliando formas de ver e pensar o território e confluindo reflexões e críticas das mais diversas, unidas, talvez, por pensar o futuro econômico e social do Brasil em seu contexto mundial – marca que atravessou as diversas ponderações nas mesas organizadas pelo evento, bem como os trabalhos apresentados e debatidos.